

Aconteceu

GREVE NO CAMPO:

KARDEX	<input checked="" type="checkbox"/>
MC	()
PP	()
DOC. GERAL	()



TRABALHADORES RURAIS

PARAM EM SÃO PAULO

(Ver pág. 8)

Aconteceu

nº 412 - Junho/1987

**CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary de Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jethier Pereira Ramalho (coordenador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinicius Grotti Borges
Neide Esterco
Sérgio Azevedo
Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas em: *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação. O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

**Assinatura Anual: Cz\$ 60,00 (Brasil);
US\$ 60,00 (América Latina);
US\$ 85 (América do Norte);
US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).**
Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:
Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:
Cz\$ 200,00

América Latina US\$ 30 América do Norte US\$ 40 Europa, África e Ásia US\$ 45

Faça sua assinatura de apoio
com recibo de banco
em exemplar das Cartas do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -
Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av.
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 60,00

América Latina US\$ 30 América do Norte US\$ 40 Europa, África e Ásia US\$ 45

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 - Junho - CEP 22241
Rio de Janeiro - RJ

Constituinte

CAMPANHA VAI ÀS RUAS PARA PRESSIONAR POR CONSTITUIÇÃO

"Bote seu dedo na Constituinte" é o apelo que deverá chegar às ruas, em breve, através de uma campanha a ser deflagrada por cerca de 40 entidades populares, com o objetivo de incentivar as campanhas de coleta de assinaturas às emendas que serão encaminhadas à Constituinte, com, no mínimo, 30 mil assinaturas. Será criada uma "marca" que simbolize a articulação pelas iniciativas populares, a exemplo da campanha das diretas já, representadas pelos dois traços (verde e amarelo), com a distribuição de broches, adesivos, camisetas e cartazes e tudo mais que se relacione com uma campanha de âmbito nacional. "É hora de botar esta campanha nas ruas, senão a Constituição ficará mais atrasada do que a de 46, se depender dos constituintes", diz o representante da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Delúbio Soares de Castro. Além dessa entidade, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Conan (Confederação Nacional das Associações de Moradores) e Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) coordenam o movimento. (JB - 29/5/87)

CONSTITUINTES CONSIDERAM MANDATO AINDA INDEFINIDO

Apesar de a Subcomissão do Sistema Eleitoral ter decidido aprovar um mandato de cinco anos para o presidente Sarney e de quatro para os seus sucessores, nenhum constituinte considera isso definitivo. O próprio relator da Comissão da Organização Eleitoral, Prisco Viana (PMDB-BA), a quem foi entregue o anteprojeto dessa subcomissão, já informou ao deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) que esse assunto não lhe diz respeito. Na opinião de

Prisco, mandato presidencial é assunto exclusivo da Comissão da Organização dos Poderes. Acontece que, há quatro dias, uma subordinada dessa comissão, a Subcomissão do Poder Executivo, decidiu que será de cinco anos o mandato do presidente Sarney e dos que o sucederem num regime parlamentarista de governo. A discrepância entre os entendimentos dessas duas comissões sobre o mandato presidencial promete ser o primeiro problema técnico da Constituinte, visto que as maiorias que definiram esses mandatos não abrirão mão de suas posições. Desde o início dos trabalhos, Prisco Vianna e Egídio Ferreira Lima prometem acatar as maiorias, porém poucos ainda acreditam nisso. (JB - 27/5/87)

CNEB CONDENA

'PRIMITIVISMO AGRÁRIO'

"A posição dos constituintes da Subcomissão de Reforma Agrária, ao aprovar o relatório, não pode nem ser chamada de conservadora. Ela é retrógrada. Seria conservadora se fosse uma posição capitalista dentro de uma proposta socialista. O que foi aprovado é primitivismo agrário". Estas afirmações foram feitas ontem pelo secretário-geral da CNBB, dom Celso Queiroz, após o encerramento da primeira reunião da nova diretoria da Comissão Episcopal Pastoral (CEP) e da presidência da entidade. Ressaltando que a Constituinte não vai mudar o País se, antes, o País não mudar a cabeça dos constituintes, dom Celso disse que a sociedade deve mobilizar-se através das associações e demais segmentos para pressionar o Congresso Constituinte, "sem precisar seqüestrar ninguém, sem gente armada, mas usando caminhos democráticos e cobrar as promessas feitas". Para dom Celso, ao mesmo tempo que houve decepção da Igreja em relação às propostas aprovadas nesta primeira fase da Constituinte, houve também um alerta muito

grande. "Se não houver participação do povo, vamos continuar com o mesmo país, mudando apenas de gravata e da espada dos militares para a monarquia republicana", acentuou. (ESP - 25/5/87)

CNEB FILIA FRENDO PARA DEFINIR AS SUAS PROPOSTAS

A Presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) da CNEB decidiram ontem alertar a todos os Bispos e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que as assinaturas colhidas para as sete emendas populares à Constituinte, que estão sendo apoiadas pela Igreja, devem estar em Brasília até o próximo dia 15 de julho. Além disso, resolveram orientar as Cebes no sentido de que as emendas sejam entregues a cada Constituinte, em sua respectiva zona eleitoral, como forma de obter compromissos de apoio. Essas informações foram dadas pelo Presidente da CNEB, Dom Luciano Mendes de Almeida, após encerramento da reunião da CEP, que congrega 11 Bispos. "Estamos tomando cada vez mais consciência da oportunidade da participação popular na Constituinte", disse ele. (O GLOBO - 29/5/87)

UDR JÁ APÓIA SUA AÇÃO EM GRUPO DE 65 CONSTITUINTES

A União Democrática Ruralista (UDR) já dispõe de um grupo de pressão de 65 deputados que defenderão suas posições sobre política fundiária na Constituinte, segundo informou seu Presidente, o médico Ronaldo Caiado. A UDR já conseguiu vetar o anteprojeto "radical, retrógrado e tendencioso" do Deputado Oswaldo Lima Filho, que limitava a propriedade rural em 100 módulos; impedia que o produtor rural dessa propriedade recorresse à justiça para contestar a desapropriação; definia o valor do imóvel como o declarado junto ao Incra; e dava uma carência de 20 anos para o pagamento dos títulos da dívida agrária. (O GLOBO - 29/5/87)

Política Nacional

54% ACHAM GOVERNO SARNEY RUIM OU PÉSSIMO

O índice de popularidade de José Sarney no exercício da Presidência da República continua caindo, de acordo com a mesma Pesquisa da Folha que aponta o ex-governador fluminense Leonel Brizola como favorito para sucedê-lo no cargo. Para 54% da população de São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, São Luís, Goiânia e Brasília, o desempenho de Sarney foi considerado ruim (17%) ou péssimo (37%). Outros 34% atribuem ao presidente um governo regular; 2% dos entrevistados, ótimo, e 7% bom. (FSP - 31/5/87)

PT NÃO DESCARTA ALIANÇAS

O presidente nacional e líder do PT na Constituinte, deputado Luís Ignácio da Silva, Lula, admitiu que seu partido pode unir-se ao PMDB para aprovar uma Constituição mais avançada e moderna do que a de 1946. No entanto, Lula exigiu que os peemedebistas definam antes se apóiam o governo ou se são oposição ao presidente José Sarney. Segundo ele, as ambigüidades do PMDB nas votações dos pareceres das subcomissões da Constituinte, "onde peemedebistas votaram contra peemedebistas; só provocaram incertezas e quebraram qualquer possibilidade de iniciativa política dos demais partidos e da própria sociedade". Lula também admitiu discutir com os conservadores: "Queremos saber deles até onde estão dispostos a avançar no sentido da transformação da sociedade". Mas o líder petista voltou mais suas críticas contra o PMDB. "Ou o partido se une e diz o que quer da Nova Constituição ou terá que admitir que existem dois partidos dentro dele: um mais inclinado a ser a Arena fisiológica dos governos passados e o outro, o PMDB histórico, voltado para seus

compromissos populares. O PMDB não pode ser a favor da reforma agrária e ver seus constituintes votando contra ela", afirmou. (JB - 29/5/87)

COVAS APOIARÁ IDA ÀS RUAS POR DIRETAS EM 88

A Campanha das eleições diretas em 1988 vai ganhar as ruas com o apoio do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Ele participou de uma reunião na noite da última quarta-feira com 18 parlamentares peemedebistas e concordou em visitar todos os estados numa nova campanha por diretas. O encontro foi na casa do deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), que está encarregado de fazer um cronograma das viagens pelo país. Covas, segundo reproduziu Lyra, disse que vai manter seu compromisso com as eleições em 1988, defendendo um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. O grupo de parlamentares peemedebistas já comprometidos com a nova campanha soma 40 deputados. Segundo Percival Muniz (MT), Covas afirmou no encontro que "não se pode entregar o PMDB aos oportunistas". Além dos estados, o grupo pretende atuar na constituinte, denunciando os companheiros que estão votando contra o programa do partido, assim como tentar refazer o caminho de origem do PMDB, conquistando novos militantes nas cidades com a campanha nacional pelo mandato de quatro anos. (JB - 29/5/87)

CENTRAIS MOBILIZADAS CONTRA A INFLAÇÃO

Com a possibilidade de a inflação de maio atingir a casa dos 30%, as lideranças sindicais já estão se articulando. A CUT acena com uma greve geral em junho, reivindicando aumentos salariais e se colocando contra a situação econômica e política do País. A CGT também exige aumentos para os trabalhadores acima do gati-

lho. Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção, presidente da CGT, considera 24% ou 25% de inflação "um absurdo", e culpa o "governo, que não acaba com o déficit público, e os empresários, que também os preços como bem entendem". A executiva da CGT reúne-se na semana que vem para estudar essa situação, mas Joaquinção adianta ser imprescindível uma reparação salarial mensal. Para Domingos Galante, presidente regional da CUT, a única saída para os trabalhadores encararem de frente a inflação é o governo determinar o disparo de dois gatilhos já, o que representa 44% de aumento, e reposição de perdas salariais. Essas serão as principais reivindicações que a CUT colocará como bandeira de greve geral em junho. A data da greve geral deve ser definida no encontro nacional que a CUT realiza em São Bernardo do Campo nos próximos dias 5, 6 e 7. Para o dia 5 está marcada uma manifestação na praça da Sé. (ESP - 27/5/87)

Trabalhadores Urbanos

APURAÇÃO ESTÁ SUSPensa NO SINDICATO DOS METALÚRGICOS

Até as 18h de ontem, nem a Delegacia Regional do Trabalho conhecia os destinos da eleição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul (região sudeste da Grande São Paulo), que teve apuração suspensa por força de mandado de segurança impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal na véspera. A iniciativa da ação é da chapa da oposição, ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que conseguiu registro junto à DRT, em São Paulo, mas não pôde disputar a eleição para a renovação da diretoria, realizada de terça a quinta-feira última, porque o presidente do pleito, João Lins Pereira, recusou-se a aceitar a chapa com 24 candidatos, quando

os estatutos do sindicato determinam 94. Alegando embasamento na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), advogados da oposição apelaram e conseguiram suspender a apuração, que deveria ter ocorrido ontem pela manhã. Se João Lins, da situação, conseguir derrubar a liminar da oposição, o pleito será validado e as urnas abertas. Caso contrário, a Justiça Federal de terminará um segundo escrutínio, desta vez com a participação das duas chapas concorrentes e a anulação do pleito disputado somente pela chapa I, vinculada a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). (FSP - 30/5/87)

TENTATIVA DE ACORDO NAS ELEIÇÕES EM SP

Terminou sem qualquer resultado a reunião realizada ontem entre o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e os candidatos à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo visando diminuir os conflitos que marcam a campanha eleitoral. Os componentes da Chapa 3 e da Chapa 2, dizem que o candidato da situação, Luís Antonio Medeiros, da Chapa 1 - ausente da reunião - vem conduzindo de forma antidemocrática o processo e tentaram conseguir a revogação da portaria do Ministério que, segundo ele, favorece estas atitudes. O candidato à presidente do sindicato pela Chapa 3, Carlúcio Castanha, diz que a Portaria 3.150, de 30 de abril do ano passado, que instrui o processo eleitoral, permite que o presidente da atual gestão, Luís Antonio, faça as listas do Colégio Eleitoral e defina o itinerário das urnas, mas com o acordo dos outros candidatos. Segundo ele, isto não está ocorrendo, estando a chapa da situação se beneficiando com a máquina administrativa sindical para evitar a eleição em primeiro escrutínio, o que lhe facilitaria a vitória na segunda rodada de votação. As próximas eleições dos metalúrgicos de São Paulo também foram o tema da

reunião mantida ontem no gabinete do secretário das Relações do Trabalho, José Lincoln de Magalhães, entre ele, o secretário da Segurança Pública, Luiz Antônio Fleury Filho, o comando do policiamento metropolitano e diretores do próprio sindicato. (FSP - 27/5/87)

PORTUÁRIA ACEITA CONTRAPROPOSTA E CANCELA GREVE

Os portuários do Rio decidiram ontem, em assembléia, suspender a greve de 24 horas marcada para esta segunda-feira, e aceitar a contraproposta oferecida pela Direção da Portobrás, em Brasília, que concede aumento salarial de 100 por cento do INPC para a categoria, descontados 16 por cento do adiantamento dado em janeiro, mais 5 por cento de produtividade, 50 por cento de gratificação de férias e correção da curva salarial. Os portuários reivindicavam INPC integral, sem descontos, 20 por cento de reposição salarial e 15 por cento de produtividade. Segundo o Diretor do Sindicato dos Portuários do Rio, João Quintas, a greve estava decidida até quinta-feira, quando a Direção da Portobrás ofereceu outras gratificações que foram consideradas satisfatórias pela Comissão de Negociação dos Portuários. Ele informou que o acordo salarial entre portuários e a Portobrás ainda depende da aprovação do Conselho Interministerial de Salários das Estatais (Cise) e, se isso não ocorrer até o dia 15, a categoria poderá paralisar suas atividades. (O GLOBO - 30/5/87)

GREVE NO PARÁ CHEGA AO FIM

Os funcionários públicos do Pará, em greve há 14 dias, decidiram retornar hoje ao trabalho após tumultuada assembléia onde prevaleceu a posição de retorno às atividades e reinício das negociações com o Governador Hélio Gueiros. A volta coincide com o dia estadual do recadastramento dos servidores promovido pelo Governo, que

prometeu não descontar os dias parados. Em nenhum momento os grevistas se consideraram vitoriosos, já que a principal reivindicação, revisão do projeto de lei que reformula cargos e salários continua em discussão na Assembléia. As negociações estão sendo mediadas pelo Secretário do Trabalho, Romero Ximenes. (O GLOBO - 27/5/87)

PROFESSORES GAÚCHOS MA TÊM GREVE

Apesar do novo apelo do governador Pedro Simon (PMDB), pela televisão, ontem de manhã, para que os servidores e professores voltassem ao trabalho, com a promessa de que não haveria punições, cerca de mil professores montaram à tarde um acampamento na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini, dispostos a uma vigília permanente pelo atendimento de suas reivindicações. Com a volta de muitos funcionários públicos ao trabalho, ontem, o presidente da Federação das Associações de Servidores, David de Oliveira, admite que a greve está esvaziada e marcou para hoje a realização de uma assembléia da categoria para discutir o projeto de reajuste do governo estadual, que prevê aumentos entre 60% e 150%. O projeto deverá ser enviado hoje para a Assembléia Legislativa, mas o deputado José Fortunatti (PT) já informou que não haverá acordo de lideranças para sua aprovação. Para o presidente do Centro dos Professores do Estado, Paulo Egon, o movimento do magistério "não enfraqueceu e a adesão continua total". (ESP - 27/5/87)

JUSTIÇA CONSIDERA LEGAL A GREVE DO TERCEIRO GRAU

Por seis votos a quatro, o Tribunal Regional do Trabalho do Rio considerou legal a segunda greve dos professores das universidades particulares neste semestre e que entra hoje em seu 17º dia. A decisão foi tomada em sessão do Segundo Grupo de Turmas do TRT, realizada no final da tarde de ontem na sede do Ministério do Trabalho, no Rio. É a segunda vez, em menos de um mês, que os professores têm a legalida-

de de seu movimento reconhecida pelo TRT-RJ. Na primeira, os professores conquistaram o piso de Cz\$ 150,00 por hora/aula, 120 por cento de aumento salarial e limite máximo de 60 alunos por turma. A ilegalidade da greve dos professores foi pedida no parecer da relatora do processo, Ema Buarque de Amorim, e pelos conselheiros Sebastião Oliveira, Melo Porto e Haroldo de Barros Chaves. Ao anunciarem seus votos pela legalidade do movimento dos professores, os conselheiros ressaltaram, de uma forma geral, a "caducidade" da atual Lei de Greve, face à mudança jurídica que está sendo promovida no País pela Assembléia Nacional Constituinte, e o fato de o ensino não estar relacionado entre as atividades econômicas consideradas essenciais. (O GLOBO - 29/5/87)

ALAGOAS: GREVE COMPLETA 8 DIAS

No oitavo dia de paralisação, os funcionários públicos de Alagoas, que reivindicam o disparo acumulado do gatilho, continuam acampados nos jardins da Praça dos Martírios, em frente ao Palácio do Governo, esperando informações oficiais do Governador Fernando Collor. De acordo com o Secretário de Administração, Sérgio Moreira, a solução deverá ser dada até sexta-feira. Enquanto isso em Florianópolis 300 PMS a cavalo e protegidos por soldados, feriram duas estudantes de 14 anos, Jacqueline Assunção e Simone Costa, que tentavam entrar no comitê do Comando da Greve do funcionalismo catarinense, em frente do Palácio do Governo. (O GLOBO - 27/5/87)

Trabalhadores Rurais

BÓIAS-FRIAS RECUSAM A PROPOSTA DE USINEIROS

Cortadores de cana-de-açúcar de dois dos nove municípios da região de Ribeirão Preto (Orlândia e Morro Agudo), que estão em greve desde segunda-feira, decidiram on-

tem, em assembléia, rejeitar a contraproposta apresentada pelos empresários das usinas e destilarias, que estabelece o preço da diária em Cz\$ 161,93. A tonelada da cana de dezoito meses foi fixada em Cz\$ 35,51 e as de demais cortes em Cz\$ 33,99. Os volantes pleiteiam diária de Cz\$ 200,00 e remuneração baseada no metro linear de cana cortada e não na tonelada. Nos outros municípios, o início das assembléias estava previsto para as 21h. Segundo a estimativa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), cerca de cinquenta mil dos 61 mil cortadores de cana-de-açúcar existentes na região de Ribeirão Preto estão parados. A contraproposta das usinas e destilarias, entregue à Fetaesp terça-feira à noite, foi encaminhada aos presidentes dos sindicatos dos nove municípios em greve pelo vice-presidente da entidade, Hélio Neves, durante reunião realizada ontem cedo em Sertãozinho, noroeste de São Paulo. Em Orlândia, a contraproposta foi rejeitada porque a maioria dos cortadores de cana-de-açúcar do município trabalha para fornecedores e, portanto, não seriam beneficiados com os reajustes. (FSP - 28/5/87)

OTTO FERIDOS EM CONFLITO DE BÓIAS-FRIAS

A greve dos bóias-frias da região de Ribeirão Preto, que parecia estar próxima do fim de forma pacífica, registrou ontem seu primeiro conflito. Os incidentes ocorreram em Morro Agudo - cidade de 20 mil habitantes -, quando cerca de 300 pessoas se aglomeraram, entre 11 e 13 horas, diante da delegacia local, onde dois piqueteiros detidos prestavam depoimento. Oito pessoas ficaram feridas, inclusive policiais. Segundo a versão da polícia, 20 soldados do destacamento da PM que protegiam o prédio tentaram afastar os bóias-frias e foram atacados a pedradas pela multidão, reagindo com golpes de cassetetes. A polícia temia a invasão da delegacia

e pediu reforço à PM de Barretos, que enviou imediatamente mais 20 soldados para o município. Mesmo depois do choque com a polícia, os manifestantes continuaram em frente à delegacia, aumentando o clima de tensão na cidade. O grupo só se dispersou quando os bóias-frias José Raimundo de Souza, 23 anos, e Antônio Rodrigues Pereira, 26 anos, foram liberados pelo delegado Francisco Renato. (ESP - 29/5/87)

BÓIAS-FRIAS EM GREVE; SÃO 150 MIL

Os dirigentes sindicais do setor canavieiro recusaram as contrapropostas da Faesp e do Sindicato do Açúcar e do Alcool e decidiram ontem em Sertãozinho deflagrar uma greve geral dos 150 mil bóias-frias do Norte do Estado. Assim eles estendem para outras regiões o movimento que atingia apenas oito municípios próximos a Ribeirão Preto, reivindicando maiores salários para o corte da cana. A previsão da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado (Fetaesp) é de que pelo menos cem mil estejam em greve a partir de amanhã, com a adesão de mais 50 mil no decorrer da semana. A decisão, porém, deverá ser submetida às assembléias de trabalhadores convocadas para hoje na maioria das cidades. Os representantes dos 23 sindicatos de trabalhadores reunidos em Sertãozinho consideraram "decepcionantes" as propostas patronais. As usinas e destilarias autônomas entendem, entretanto, que a oferta é muito boa: diária de Cz\$ 117,34 e 29,59 pela tonelada da cana cortada de 18 meses e 18,33 pelas demais, com efeito retroativo a partir de 1º de maio. A Faesp, que representa os fornecedores de cana, apresentou oferta menor: diária de Cz\$ 81,44 e 25,15 pela cana de 18 meses e Cz\$ 24,00 pelas demais. Segundo o diretor da Fetaesp - que instalou o comando da greve no ginásio de esportes de Sertãozinho -, Hélio Neves, os cortadores de cana não aceitam o pagamento por tonelada e vão insistir em um sistema de

medição por metro linear. Reivindicam ainda diária de Cz\$ 200,00, unificação dos preços entre usinas e fornecedores e outros 40 itens sociais, alguns incluídos no acordo do ano passado. (ESP - 31/5/87)

LUTA PELA TERRA MATOU MAIS DE 100

O projeto de colonização Tucumã, da Construtora Andrade Gutierrez, é o mais novo barril de pólvora prestes a explodir no sul do Pará, uma das regiões mais violentas do Brasil. Lá, de acordo com estatísticas da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos sindicatos rurais, morreram, só no ano passado, mais de 100 pessoas envolvidas na luta pela posse da terra. Nos municípios de Conceição do Araguaia, Rondonópolis, Santana do Araguaia, Marabá, Xinguara e São Félix, esses conflitos chegaram ao ápice com a morte do fazendeiro Tarley Andrade, em dezembro. Mas Tucumã, agora, aparece com todas as condições para se transformar na síntese de todos os problemas fundiários do Pará. Nesta imensa área, superior ao território de alguns Estados brasileiros, estão em permanentes conflitos colonos assentados pela empresa, posseiros, grileiros, fazendeiros, madeireiros e garimpeiros, num quadro de difícil conciliação de interesses, agravado nos últimos dias por um novo elemento: os índios caiapós e xicrins, cujas reservas ficam, respectivamente, ao sul e ao norte do projeto. Inauguradas as invasões, por aventureiros de todas as matizes, serrarias e madeireiros passaram a incentivá-las e mesmo a grilar termo originado da prática de pôr falsas escrituras em gavetas cheias de grilos, para ganharem o aspecto de envelhecidas e, portanto, de autênticas, depois de sujas por líquido expelido pelo inseto, lotes ricos em mognos, madeira de alta cotação no mercado. Extraídas as árvores nobres, a terra é negociada com um, dois e até cinco incautos. Depois o grileiro desaparece da re-

gião. Esses migrantes, legais ou não, na área do Projeto Tucumã, passaram a enfrentar o cacique Tuto Pombo, dos caiapós, que pretende ampliar sua área para 12 milhões de hectares, dentro dos quais promete criar uma nova nação, denominada caia-pônica. (JB - 31/5/87)

Igrejas

PASTOR OFENDE O EXÉRCITO E É CONDENADO

O pastor luterano Werner Fuchs, coordenador da Comissão Pastoral da Terra do Pará, foi condenado ontem a seis meses de prisão com base no artigo 219 do Código Penal Militar, por ofensas às Forças Armadas. Mas os juizes da 5ª Circunscrição Judiciária Militar concederam sursis e o pastor poderá apelar ao Superior Tribunal Militar em liberdade. No dia 25 de julho do ano passado, falando durante uma manifestação do Dia do Agricultor, Werner Fuchs acusou o Exército de ocupar irregularmente 7.614 alqueires do município de Panduvas, no Norte de Santa Catarina. As terras foram desapropriadas em 1956 para ampoliação do campo de instrução militar Marechal Hermes e há 30 anos os antigos proprietários e seus herdeiros - que hoje somam mais de 400 famílias - lutam na Justiça para conseguir a devolução das terras ou o pagamento de uma indenização. O processo foi aberto a pedido da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, com base no noticiário dos jornais, que transcreveram diversos trechos do discurso do pastor. O advogado Nelson Olivas, que defendeu Fuchs no processo, argumentou que ele não podia ser enquadrado no artigo 219 do Código Penal Militar porque ele prevê punição para quem "propalar fatos sabidamente inverídicos". - Homem intimamente ligado ao movimento de luta dos agricultores sem terra, o pastor Fuchs falou da real situação desesperadora destas famílias - argumentou o advogado. O Procurador Militar,

Péricles Aurélio Lima de Queiroz, em sua acusação, taxou o pastor de "cínico, covarde, delinqüente, agitador de massas e fomentador da revolução agrária". Antes do julgamento, um culto ecumênico reuniu mais de 150 pessoas na frente do auditório, entre elas 40 bispos, padres e pastores de diversas igrejas. O pastor Fuchs, ao comentar a decisão do Tribunal, disse: "Quem conhece a história dessas famílias não se surpreende com essa sentença". (O GLOBO - 27/5/87)

PA CPT, NORTE-SUL SÓ AJUDARÁ EXPORTAÇÃO

O assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para Assuntos Agrários, Hamilton Pereira da Silva, disse que a ferrovia Norte-Sul só atende aos interesses da produção de grãos para exportação que se desenvolve na região nos cerrados. Segundo ele, "ao contrário do que o governo tem divulgado, a Ferrovia não contribuirá para conter o êxodo rural". A posição da CPT foi definida em seminário que a entidade promoveu em Goiânia nos últimos dias 27 e 28, reunindo representantes de cinco dos seus regionais, do Conselho Federal de Economia, do Instituto Brasil Central, da Federação Nacional de Órgãos para a Assistência Social e Educacional e do Instituto de Formação e Assistência Sindical. (FSP - 1/6/87)

Índios

CELEBRAÇÃO MUNDIAL

O Parque Nacional do Xingu será, no dia 12 de setembro, a sede de uma celebração mundial de culturas indígenas. A partir de 6 de setembro começarão a chegar ao Brasil representantes de tribos dos Estados Unidos, Equador, Peru, Colômbia, África e aborígenes da Austrália. Eles partirão, no Xingu, com representantes de tribos brasileiras, de rituais sagrados,

cerimônias medicinais, coleta e classificação de ervas, festas e danças. Tudo isso será filmado e os "tapes" serão transmitidos ao mundo inteiro, junto com atividades ao vivo, via satélite, no dia 12 de setembro. Ao mesmo tempo, informa o repórter José Arbex, de Nova York, haverá um show em benefício dos índios no Sambódromo do Rio de Janeiro com a participação, já confirmada, de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Egberto Gismonti, Chico Buarque, Paralamas do Sucesso e Milton Nascimento. Atividades semelhantes serão realizadas, também ao vivo, no dia 12, e transmitidas via satélite (no total, doze horas de transmissão) em Nova York, São Francisco, Austrália, Lapônia (norte da Suécia), África e possivelmente, China. O projeto conta com o apoio do governo brasileiro e de fundações internacionais. (FOLHA DA TARDE/SP - 27/5/87)

IML DE CUTABÁ CONCLUI QUE JESUÍTA FOI ASSASSINADO

O missionário jesuíta Vicente Canas, espanhol naturalizado brasileiro, cujo corpo foi encontrado há cerca de duas semanas no acampamento que mantinha às margens do Rio Jurueña, no município de Juína (noroeste do estado), a 20 minutos de barco da aldeia dos enauene-nauês, índios com os quais trabalhava há 12 anos, foi realmente assassinado: é a conclusão do laudo cadavérico do Instituto Médico-Legal de Cuiabá, finalmente divulgado ontem pelo secretário de Segurança de Mato Grosso, Oto Sampaio. O secretário de Segurança explicou que o corte no estômago do jesuíta, descoberto por um técnico do IML, segundo os exames periciais, foi provocado "por objeto pérfuro-cortante, o que comprova a morte provocada de forma violenta". O laudo não aponta, por outro lado, a existência de perfurações provocadas por bala nem sinais de outras formas de agressão física violenta, como espancamento ou estrangulamento. Descobrir o autor ou autores do assassinato ainda é um desafio para a comissão de inquérito cria

da pelo secretário de Segurança, sobretudo porque o local onde o missionário Vicente Canas foi morto é completamente isolado e tudo indica que o crime foi praticado entre os dias 6 e 7 de abril, pois seu relógio foi encontrado com o calendário marcando o dia 8. Cumprindo determinação do próprio governador Carlos Bezerra, a quem a Igreja e o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) cobraram o esclarecimento da morte do missionário, o secretário de Segurança enviou antontem para a área uma equipe que inclui o diretor da polícia civil, delegado João Capetinga, o diretor do Instituto de Criminalística e um promotor de Justiça - aos quais se juntaram representantes do Cimi - para dar início ao inquérito policial. O secretário de Segurança ainda não tem previsão de quando a comissão concluirá seus trabalhos de investigação na área. A morte de padre Vicente provocou muita revolta entre os Enauene-nauê, que o consideravam mais um membro da tribo, mas até o momento não foi registrado nenhum incidente dos índios com fazendeiros ou madeireiros da região, apontados pelo Cimi como os prováveis mandantes do assassinato, por terem interesse nas terras dos Enauene-nauê. Domingo último, na Igreja do Rosário, nesta capital, foi rezada missa e realizado um ato público de protesto pela morte do missionário, com a presença do Arcebispo de Cuiabá, Dom Bonifácio Piccinini, do presidente nacional do Cimi, Dom Erwin Krautler, bispo do Xingu (PA) e representantes de diversas entidades ligadas à causa indígena. Os Enauene-nauê ainda lutam pela demarcação de suas terras, pois o processo demarcatório está emperrado devido a um impasse entre a Funai e a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), que mantém uma estação ecológica na área, de 150 mil ha, parte dos quais se situa nas terras indígenas. (JB - 28/5/87)

FUNAI EXPULSARÁ COLONOS INVASORES EM RONDÔNIA

A Funai de Rondônia vai retirar duzentas

famílias de sem terras que invadiram o parque indígena Uru-Eu-Au-Au, em Costa Marques, tão logo terminem a colheita de suas lavouras. Uma equipe da Funai está há quinze dias na área, realizando uma triagem entre as famílias para identificar os sem-terras, cujos nomes serão encaminhados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Rondônia. (FOLHA DA TARDE/SP - 23/5/87)

GUAJAJARA RETORNAM À ALDEIA

Os índios Guajajara, da aldeia Ipú, do município de Grajaú, depois de duas semanas acampados na Delegacia Regional da Funai, em São Luís, decidiram voltar à aldeia, depois de denunciar o chefe do posto, Otaviano Brandão, e pedir o seu afastamento do cargo, como forma de estabelecer a calma e a pacificação. Ao deixarem a Delegacia da Funai, depois de um longo entendimento com o administrador Pedro Marize, prometeram que se dentro de sete dias as reivindicações que fizeram não forem atendidas, voltam a São Luís para ocupar novamente a sede da Funai. (O LIBERAL/PA - 13/5/87)

LAUDOS IRREGULARES

A Procuradoria-Geral da República pediu ontem ao diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, que instaure inquérito policial para apurar irregularidades nos laudos elaborados por peritos do governo de Mato Grosso, com base nos quais o governo do Estado entrou com ação contra a União para garantir a venda de terras dos índios localizadas no Parque Nacional do Xingu. A Procuradoria, a partir de agora, examinará com rigor todos os laudos do governo mato-grossense. (ESP - 22/5/87)

POTIGUARA QUEREM SUAS TERRAS

Dizendo que a Fundação Nacional do Índio tem como prioridade regularizar as áreas ainda não demarcadas, o superintendente da 3ª região do órgão, Lucas Cardoso, recebeu as reivindicações dos índios Potiguara, da aldeia Jacaré de São Domingos,

da Paraíba, que querem a demarcação de uma nova área para anexar aos seus 21.230 hectares já demarcados pela Funai em 1984. Os índios reivindicam uma área, doada pelo Imperador D. Pedro II, que, segundo eles, foi invadida por particulares e usineiros da região. Os indígenas querem que a Funai retire os invasores e proceda à demarcação da terra. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO/PE - 16/5/87)

MINISTROS VISITAM O PROJETO CALHA NORTE

"O Projeto Calha Norte vai acabar com o crime organizado na fronteira brasileira". Essa declaração foi feita ontem, no aeroporto de Ponta Pelada, pelo superintendente da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, que após conhecer as obras deste projeto, garantiu que não há mais nenhuma dúvida da importância social do Calha Norte para o povo brasileiro. Romeu Tuma demonstrou surpresa com o ritmo das obras nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, São Joaquim e no município de Iauretê. "As obras estão bastante aceleradas e dentro de mais um ano a infraestrutura estará praticamente implantada, colidindo assim os contrabandos e tráfico de drogas". O delegado Romeu Tuma fazia parte da comitiva de sete ministros de Estado, do chefe do gabinete militar e do governador Amazonino Mendes, que visitou ontem a região do Calha Norte. O ministro da Reforma Agrária, deputado Dante de Oliveira, que pela primeira vez visitou a área do Calha Norte, confirmou as palavras do delegado Romeu Tuma. No seu entender, o Projeto Calha Norte é o meio mais eficaz para a melhoria da condição de vida dos povos daquela área e garante a defesa de toda a fronteira brasileira, na região Norte. "Portanto, o Calha Norte passa a ser uma necessidade de defender a soberania nacional", frisou Dante. Quanto às críticas de que o projeto vem sendo

alvo, por parte de alguns segmentos da sociedade, como a Igreja, antropólogos e indigenistas, Dante destacou que é necessária uma efetiva participação da sociedade, pois, de maneira nenhuma, pode ser um projeto de pensamento e idéias isoladas. "Entendo que só através do diálogo é que chegaremos ao bom senso para a defesa da soberania, da cultura e da tradição indígena". (A CRÍTICA/AM - 21/5/87)

SEM-TERRA SUSPENDEM MANIFESTAÇÃO SEM NADA CONSEGUIR

Sem conseguir as quarenta mil casas que reivindicavam, os integrantes do Movimento dos Sem-Terra da região de São Miguel Paulista (na zona leste de São Paulo) apoiados pela Igreja, abandonaram às 18h de ontem a frente do prédio da secretaria estadual da Habitação, na rua Peixoto Gomide (região central), que ocupavam desde a manhã de anteontem e onde passaram a noite. Recebidos em comissão à tarde pelo secretário da Habitação, Adriano Murgel Branco, ouviram dele que as 17.500 casas prometidas pelo governador Orestes Quércia para a região "são o máximo que o governo pode fazer". Trezentos dos cerca de mil integrantes que interditaram a Peixoto Gomide cederam metade da rua aos automóveis às 23h de anteontem, quando três caminhões da tropa de choque da PM chegavam para desalojá-los. O acordo foi mediado pelo deputado estadual pelo PT Roberto Gouveia. Ele participou - juntamente com os também deputados estaduais Luiza Erundina (PT) e Mauro Braga (PMDB) e com seis integrantes do Movimento dos Sem-Terra, liderados pelo padre Antônio Luís Marchionni, o "Ticão" - da reunião com o secretário que, segundo Gouveia, "agiu como um rolo compressor". Na saída da reunião, Murgel Branco disse que se a frente da secretaria não fosse desocupada até a noite a polícia teria de "tomar providências". Após a reunião, o secretário Murgel Branco deu entrevista coletiva em que

disse não haver "nada a ser acertado com este movimento que vem até aqui fazer barreira com interesses políticos". Os sem-terra abandonaram, após rezar o "Pai Nosso", a metade de rua que ocupavam, sob forte chuva. O padre "Ticão", "insatisfei-

to" com o resultado da reunião, afirmou que "às vezes é preciso andar dois passos para trás para avançar cinco passos", anunciando que vai continuar lutando. No próximo dia 14 os sem-terra realizam assembléia em São Miguel. (ESP - 29/5/87)

CNEB

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA

BOLETIM SOBRE A CONSTITUINTE - 69/87

RESULTADO CONSERVADOR NA PRIMEIRA FASE

Quando, no início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, os setores progressistas mais organizados no País alertavam para o risco de ser elaborada uma Constituinte/Constituição calcada no conservadorismo, consolidando os interesses mais distantes da população, não estavam brincando de pregar susto, nem alarmando no vazio. O resultado da primeira fase de elaboração constitucional responde ao eleitorado, que garantiu vaga, na Constituinte, para os representantes do capital, do latifúndio, da tutela militar e até dos países "mais adiantados" que vêem no terceiro mundo o seu quintal.

As teses progressistas perderam a primeira batalha, com algumas excessões, e a maioria esmagadora da sociedade volta ao escuro das indefinições. Não se pode negar que o Brasil canalizou suas relações/aspirações para a Constituinte, cujas subcomissões temáticas ouviram pobres, ricos, negros, índios, homossexuais, crianças, surdomudos, feministas e até militares. Houve consultas, pacientes visitas a regiões distantes de Brasília, noites mal-dormidas. Mas houve também grandes conspirações, envolvendo setores mais reacionários e antipopulares, interessados em manter o estado de poder político e econômico. A direita, mesmo quando diverge dentro de si mesma, tem uma capacidade de articulação tão impressionante que estonteia os militantes de esquerda mais treinados. Ela não observa qualquer ética e corrompe os indecisos e moderados de vários partidos.

O Capital

Frustraram-se, neste primeiro momento, aqueles que defendem propostas socializantes. A distribuição mais justa da renda está barrada - embora ainda não definitivamente - nos anteprojetos aprovados por algumas subcomissões da Constituinte, entre elas a do ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto, presidente da subcomissão dos princípios rurais e da atividade econômica, que as esquerdas chegaram a menosprezar. Todo respaldo à iniciativa privada e à chamada livre concorrência, que mantém o capital nas mãos de poucos e miséria nos bolsos e panelas de quase todos. Portas abertas aos "investimentos" estrangeiros, às multinacionais, à intervenção econômica do imperialismo. As riquezas minerais rolando pelo mesmo escoadouro, que desemboca no exterior. Os bancos com a corda toda e invulneráveis à ação do Estado, que não pode dar grandes palpites na economia, para não tolher a "livre iniciativa". Esta é a síntese do que a subcomissão deixou para as etapas seguintes da Constituinte.

O Trabalho

Embora os interesses da classe trabalhadora se espalhassem por todas as subcomissões da Constituinte, foi na de política agrícola e fundiária e da reforma agrária que eles se expressaram com maior nitidez. E os resultados dessa subcomissão podem muito bem simbolizar o que resultou para os trabalhadores brasileiros no conjunto das decisões dessa primeira fase de elaboração constitucional. A reforma agrária, bandeira secular de luta, resgatadora de tanto sangue derramado nestas terras, foi derrotada pelos latifundiários, grileiros, empresários e estrangeiros aqui proprietários. Que os donos do capital estivessem presentes na subcomissão, defendendo o que juntaram, tomaram, herdaram e ganharam, era fato esperado; mas que levassem para dentro da Constituinte a prepotência e a violência com que administram no campo, parecia coisa inconcebível numa casa cheia de PMDB, de Ulysses, da memória de Tancredo e Teotônio Vilela, de slogans verbalmente libertários trazidos da campanha pelas eleições diretas e dos palanques de novembro passado, que o plano cruzado definiu. Perderam, na subcomissão, os trabalhadores e suas entidades representativas e aliadas. Venceram os detentores do monopólio da terra, capitaneados pela UDR (União Democrática Ruralista), expressão maior da direita rural, assessorada por poderosos lobbies mantidos a peso de ouro. E não se esclareceu por que, até hoje, parlamentares como Benedito Monteiro (PMDB-PA) debandaram para outros rumos em hora de definição, traíndo compromissos públicos e intensamente assumidos com a classe trabalhadora, a democracia e a liberdade, que lhes valem votos, mandatos e prestígio.

Comunicação

Foi na subcomissão de ciência, tecnologia e comunicação que se teve o segundo maior exemplo de que as coisas vão muito mal para a democracia, na Constituinte. Em primeiro lugar, diversos parlamentares que dela participam são proprietários de jornais e emissoras de rádio e televisão. Segundo, porque outros, ali também representavam interesses dos empresários do setor, inclusive do Sr. Antonio Carlos Magalhães, Ministro de Estado das Comunicações, sucessivas vezes denunciado por falcatruas no exercício da função, em benefício próprio e de seus amigos. No dia 21 de maio, quando a subcomissão já havia votado parte do relatório da deputada Cristina Tavares, mas ainda faltavam a quase totalidade dos dispositivos relacionados à democratização da informação no País e à propriedade dos meios de comunicação, correu pelo Congresso a notícia de que o deputado Onofre Corrêa, peemedebista do Maranhão, recebera um recado apressado do Palácio do Planalto. Teria que reassumir imediatamente seu lugar na subcomissão, naquele dia preenchido pelo deputado Antonio Brito (PMDB-RS), que apóia a proposta de se instituir o Conselho Nacional de Comunicação Social, democratizante. Onofre chegou no rastro da notícia. Assumiu, excluindo Brito, por força de uma votação encenada pelo presidente da subcomissão, Aroldo de Oliveira (PFL-RJ). Nesse e no outro dia, votou contra o Conselho de comunicação e tudo mais que pudesse democratizar o setor. Coincidência ou não, por lá também andou o deputado José Sarney Filho, aos cochichos com outros parlamentares, chamados ao corredor. Alguns constituintes chegaram a confidenciar ao presidente da Federação Nacional dos Jornalistas que tinham sido constrangidos a mudar o voto, inclusive pelo governador de Minas Gerais, Newton Cardoso. E tudo foi por água abaixo; até a relatora, Cristina Tavares, foi destituída pelo presidente Aroldo de Oliveira.

Livros



Identidade Negra e Religião - Consulta sobre cultura negra e teologia na América Latina

Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo (Asett). CEDI/Edições Liberdade, 1986, 201 p.. Cz\$ 90,00.



TRABALHADORES URBANOS NO BRASIL/82-84

Aconteceu Especial 16

CEDI (Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do ABC), São Paulo, 1986, 200 pp., 21x30 cm. Cz\$ 70 00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI

LANÇAMENTO



DOSSIÊ CONSTITUINTE II

As grandes Questões Nacionais e as Propostas Populares

Cz\$ 150,00

CADERNOS DO CEDI

Canaveiros em greve	Cz\$ 70,00
Educação popular: Alfabetização e primeiras contas	Cz\$ 35,00
Sexta assembléia do CMI	Cz\$ 35,00
Peões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia	Cz\$ 35,00
Rochas comunitárias & outras experiências de coletivização ..	Cz\$ 35,00
Deixar vir a mim os pequeninos	Cz\$ 35,00

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980	Cz\$ 15,00
Trabalhadores urbanos 1980	Cz\$ 15,00
Trabalhadores urbanos 1981	Cz\$ 15,00
Trabalhador rural 1981	Cz\$ 15,00
Fiat 1981	Cz\$ 15,00
Igrejas: Desenvolvimento e participação popular	Cz\$ 35,00
Povos indígenas no Brasil 83	Cz\$ 50,00
Povos indígenas no Brasil 84	Cz\$ 95,00

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Volume 3 - Amapá/Norte do Pará	Cz\$ 95,00
Volume 5 - Javari	Cz\$ 60,00
Volume 8 - Sudeste do Pará (Tocantins)	Cz\$ 125,00

Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241 - Rio de Janeiro - RJ.

Av. Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.